



4.^a **SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA**
ATA DA 112.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1986
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ezequias Losso, secretariada pelos Senhores Deputados Odeni Mongruel e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hernas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 144/86

Curitiba, 29 de outubro de 1986.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 24 de setembro de 1986, entre o Estado do Paraná e a Secretaria da Receita Federal, objetivando a implantação do Programa de Educação Tributária.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 145/86

Curitiba, 29 de outubro de 1986.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a revogação do inciso III, do art. 2.^o, da Lei n. 5.464, de 31 de dezembro de 1966, no sentido de excluir-se da incidência do imposto sobre transmissão de bens imóveis, de que trata esse diploma legal, a modalidade de aquisição imobiliária decorrente da usucapião.

Visa o anteprojeto de lei, ora encaminhado, adaptar a legislação estadual à exegese acolhida pela maioria quase que absoluta dos doutrinadores do Direito e já consagrada pelo Supremo Tribunal Federal - o maior intérprete das leis em nosso País - no sentido de que a aquisição de imóvel por usucapião, trata-se de um modo originário de aquisição da propriedade imobiliária, não caracterizando a hipótese de transmissão de bens imóveis a que se refere o art. 23, inciso I, da Constituição Federal, por tratar-se de efeito jurídico causado tão somente pela ocupação qualificada e continuada de bens imóveis, independentemente de uma relação de vontades entre duas pessoas que possa configurar-se como ponte de passagem dos direitos e obrigações de uma para outra.

A revogação ora proposta visa ainda abolir da legislação paranaense dispositivo que interpreta, ao contrário da doutrina e da jurisprudência pátrias, um instituto de direito privado - o usucapião - dando-lhe características de fato transmissivo de propriedade, para enquadrá-lo na norma definidora de competência tributária do art. 23, I, da Constituição da República, quando está disposto pelo

legislador federal, através do art. 110, do Código Tributário Nacional, instituído pela Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, que a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance dos institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal para definir ou limitar competências tributárias.

Certo de que a medida proposta, por ser legítima e do interesse público, merecerá dessa Colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

o ANTEPROJETO DE LEI 223/86

Art. 1. - Fica revogado o inciso III, do art. 2., da Lei n. 5.464, de 31 de dezembro de 1966.

Art. 2. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência para os Projetos de Lei, números:

171/86 - que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO LIONS-IGAPÓ";

186/86 - que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Engenheiro Beltrão, as datas de terras ns. 12 e 13, da Quadra n. 54, da sede do referido município;

196/86 - que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Porto Amazonas o prédio de propriedade do Estado;

204/86 - que autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., um imóvel;

215/86 - que declara de utilidade pública estadual, a "SOCIEDADE ESPÍRITA MOURÃOENSE";

216/86 - que declara de utilidade pública o "INSTITUTO METODISTA EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL LUZAMOR";

231/86 - que declara de utilidade pública estadual, a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO APOLO";

e para os Projetos de Resolução ns:

95/86 - que aprova o Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Justiça e da Procuradoria Geral da Justiça e os municípios adiante mencionados;

96/86 - que aprova o Convênio em 06.08.86, entre o Estado do Paraná, atra-

vés da Secretaria da Segurança Pública e o município de Araucária;

97/86 - que aprova o Convênio celebrado em 18.08.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Justiça e o município de Cascavel.

98/86 - que aprova os Convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação com os municípios que especifica;

99/86 - que aprova os Convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação com os municípios e datas adiante mencionados;

100/86 - que aprova os Convênios celebrados em 11.08.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR;

101/86 - que aprova o Convênio n. 14/86-SETR, celebrado em 30.06.86, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias da Segurança e dos Transportes e o DNER;

102/86 - que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os municípios e datas adiante mencionados;

e mais o Projeto de Lei:

254/86 - que dá nova redação ao inciso III, do artigo 15, da Lei n. 4.338, de 25.01.61, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 176/86, que declara de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná - ACAMOP.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida Preferência de Votação aos Projetos de Lei ns. 256, 258, 259, 260 e 257/86, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) ADAHIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno deste Poder vem à presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário sobre

o assunto, seja retirado de tramitação e conseqüentemente arquivado o Projeto de Lei n. 36/86, que versa sobre a declaração de utilidade pública para a Guarda-Mirim do município de Campo Mourão, de autoria deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do ex-Deputado CYRO MARTINS, ocorrido em data de 05 de novembro em curso, na cidade de Ponta Grossa.

O extinto era casado com Da. Dircéia Martins e deixa os seguintes filhos: Ivo Gilberto Martins, casado com Elizabeth Cristina Martins, Adriane Martins Almeida, casada com Antônio Carlos de Paula Almeida, Ilton Luiz Martins, casado com Luciane Martins, Cyro Jelita Martins, casado com Rosiane Denise Martins, além dos netos.

Nascido em 14 de julho de 1928, Cyro Martins teve como progenitores Manoel Miranda Martins e Da. Zaira B. Martins.

Pertencente a tradicional família pontagrossense, foi Engenheiro Civil, Professor de Ensino Agrícola e do Curso de Especialização em Pavimentação; Engenheiro do 5. Distrito Rodoviário, Engenheiro Chefe da 2. Residência do "DEOE" e do Serviço de Pavimentação da estrada que liga Curitiba ao Aeroporto "Affonso Pena"; Secretário de Obras da Prefeitura de Ponta Grossa e Prefeito dessa cidade, no período de 1969 a 1973.

Eleito Deputado Estadual pelo período de 1979 a 1983, integrou as Comissões de: Indústria e Comércio; Transportes e Comunicações e Polícia. Publicou "Incentivo à Produtividade", "Plano de Desenvolvimento de Ponta Grossa e a Industrialização", tendo realizado viagens ao exterior em missão econômica do Paraná. Prestou ao longo de sua existência, significativa contribuição ao engrandecimento de seu Estado.

A perda irreparável do amigo, pai exemplar e figura que gozava do mais alto conceito, veio abalar de forma profunda a sociedade paranaense.

Desta decisão, Requer ainda, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, n. 500 - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidas à Televisão Paranaense Canal 12, pela comemoração de seu 26. aniversário de funcionamento nesta Capital, e conseqüentes encaminhamentos ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Proprietário Dr. Francisco Cunha Pereira Filho; e a Ilustríssima Senhora Chefe de Redação Mariângela Andretta.

Desde quando ocupamos pela primeira vez a cadeira deste Legislativo, bem como a tribuna do mesmo Poder, o posicionamento político adotado sempre pautou-se pela defesa dos reais interesses deste rico e imenso Estado.

Nas teses paranistas, cobrando no âmbito nacional o respeito, reconhecimento e consideração por esta comunidade da Federação, no que diz respeito à nossa economia, sociedade e política, sempre foi possível contar com o inegável e imprescindível apoio da TV Paranaense, considerando ainda inúmeras iniciativas que esse veículo de comunicação teve, todas elas voltadas efetiva e profundamente aos legítimos interesses e anseios de nossa gente.

Ao longo destes anos todos os da TV Paranaense representou num primeiro instante verdadeiro marco de pioneirismo no setor, graças à avançada tecnologia adquirida, e caracterizando-se em todos os instantes dentro de uma linha jornalística respeitável, devido a seu trabalho sério e altamente profissional.

Não poderíamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de fazer, através deste breve relato, considerações que julgamos da maior importância, visto que a TV Paranaense é parte integrante de nossos costumes, de nossa cultura, de nossa terra e tudo o que ela dá, e é, acima de tudo, paranaense como seu próprio nome diz.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão de votos de congratulações dirigidos à Ubiratã, pela comemoração de seu 25. aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüentes encaminhamentos ao Excelentíssimo Senhor Raimundo Soares Nascimento, Prefeito Municipal; ao Excelentíssimo Senhor Eugênio Zem, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores; e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos partidos políticos existentes na cidade.

O final da década de 50 já registrava presença acentuada, na região, de inúmeras famílias, e delas originou-se mais tarde a cidade de Ubiratã. A presença das pessoas era em função do grande interesse que tinham pelas extensas áreas agricultáveis, além da destacada atuação que tiveram para cultivá-las, fazendo de tal setor, a base do seu crescimento.

Tendo em vista o rápido povoamento é que, já em 1960, exatamente em 25 de julho, foi elevado à categoria de município através da Lei n. 4245/60 desmembrando-se de Campo Mourão. A instalação de seu móvel municipal foi no ano seguinte, em 04 de novembro, oportunidade em que tomou posse como Prefeito Municipal o Excelentíssimo Senhor Alberoné Bittencourt. Foram momentos que, fora de qualquer dúvida, tornaram-se desde à época verdadeiros marcos não apenas históricos, mas também o reconhecimento da pujança daquela sociedade, vendo coroados seus esforços para fazer de Ubiratã, uma cidade emancipada política e administrativamente.

Mais de vinte e sete mil habitantes (segundo o Censo de 80), dos quais praticamente a metade morando na zona rural e, naturalmente a outra metade, no perímetro urbano, todos distribuídos numa área de 655,845 km². Sua base de sustentação sócio-econômica continua a ser a agricultura destacando-se também, o comércio diversificado.

Eis, em síntese, a situação de Ubiratã, altamente privilegiada pela sua localização topográfica, mas sobretudo por poder contar com um povo que não perdeu o espírito empreendedor dos pioneiros, a capacidade realizadora e a disposição de luta que impulsiona cada vez mais o município a galgar posições de maior destaque, contribuindo de modo expressivo para o engrandecimento do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações à Associação dos Engenheiros-Agrônomos de Campo Mourão pela posse de sua nova Diretoria, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente Nery José Thomé.

Embora seja a base de nossa sustentação sócio-econômica, a agricultura brasileira vive, sem dúvida alguma, verdadeira crise. Dentre os inúmeros elementos que servem para comprovar tal afirmação é a de que, há dez anos, a produção de grãos não ultrapasse cinquenta milhões de tone-

ladas, provando que a política agrícola está muito longe das reais necessidades do País.

Outra consideração importante diz respeito ao conjunto de objetivos da produção existente que, na realidade, sempre visou o mercado externo, tornando a maior parte das áreas cultivadas por plantas que não estão voltadas para o abastecimento interno. A situação, quando olhada do ponto de vista social é ainda mais agravante, tendo em vista que, na hipótese de a produção ser toda ela distribuída aos brasileiros, a mesma seria muito pobre em calorias, portanto, muito abaixo das necessidades básicas.

Em meio a tal realidade, os segmentos organizados não se cansam de exigir uma mudança real, imediata e eficaz da política agrícola, tornando-a efetivamente a serviço do desenvolvimento nacional e, naturalmente, buscando neste setor, caminhos que garantam as transformações exigidas.

A classe dos engenheiros agrônomos, ao longo de muitos anos, tem-se colocado ao lado daqueles que querem modificar a mentalidade agrícola, sendo que seus profissionais não que limitam apenas e tão-somente a prestar toda a assistência técnica que são atribuídas, mas assumindo posicionamentos firmes na busca de melhores dias.

E, é neste sentido que surgiu a Associação dos Engenheiros-Agrônomos de Campo Mourão, entidade sempre atenta aos anseios da categoria, bem como da sociedade de um modo geral, atuando de maneira profundamente identificada com a realidade de nosso País, do Paraná e, particularmente com a região Centro-Oeste.

Não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de REQUERER o justo e merecido registro nos Anais deste Poder, os cumprimentos à Associação dos Engenheiros-Agrônomos de Campo Mourão, oportunidade que, também solicito a transcrição dos integrantes de sua nova Diretoria:

Presidente: Nery José Thomé; Vice-Presidente: Pedro Paulo Peron; 2. Vice Relações Públicas: Maria Regina Machado; 3. Vice-Política Econômica: Edson Batilani; 1. Secretário: Osmar Schlutz; 2. Secretário: Júlio Cezar dos Santos; 1. Tesoureiro: Ronaldo Nogueira; 2. Tesoureiro: Fernando Luiz Dolci; Diretor-Social: Almir Salvadori; Diretor de Esportes: Bolívar dos Santos.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de um voto de congra-

tulações pela passagem do 189.º aniversário de emancipação política do Município de Antonina.

Outrossim, solicita que seja cientificado o teor deste, ao Prefeito e aos Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 06.11.86

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos à Campina da Lagoa, pelo seu 25.º aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüentes encaminhamentos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Doutor Joaquim Antônio de Lima; ao Excelentíssimo Senhor Luís Carlos Valim, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das organizações partidárias existentes na cidade.

Não ocorreu por acaso, o surgimento de Campina da Lagoa, como não é sem querer que acontece nos dias de hoje, um marcante e particularmente admirável desenvolvimento.

Desde os primeiros momentos em que se estabeleceu o pioneiro grupo de famílias, aliás, atraído pelo alto teor fértil da camada arável da terra, o resultado de todo o desbravamento através de suas inúmeras fases foi sempre um crescimento constante, tornando a pequena vila em grande povoado, daí surgindo a cidade de Campina da Lagoa.

Após a derrubada de parte de suas matas verdejantes, cedendo lugar ao cultivo do solo, Campina da Lagoa vivenciou outro marco histórico; trata-se de sua emancipação política e administrativa, em 25 de julho de 1960 (Lei n. 4245/60), acontecendo a posse do Excelentíssimo Senhor João Fermianos, primeiro Prefeito (nomeado) em 04 de novembro do ano seguinte, desmembrando-se definitivamente de Campo Mourão.

Nestes anos todos, notadamente após a conquista de sua autonomia, Campina da Lagoa ocupa atualmente uma posição privilegiada e seu progresso é algo normal para um povo que seguramente herdou de seus antepassados a mesma fibra, a mesma disposição de vencer, superando todas as barreiras e obstáculos, suprimindo quaisquer deficiências e dificuldades, tendo em mente a busca constante e interminável de dias que coloquem aquele município em posições de destaques ainda maiores.

Por isto, solicito a este Poder o justo e merecido registro nos seus Anais

os cumprimentos à Campina da Lagoa, cujo crescimento é símbolo de prosperidade e harmonia e, mais do que isto, exemplo que orgulha o próprio engrandecimento deste rico e imenso Paraná.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos ao Município de Roncador, pelos seus vinte e cinco anos de emancipação política e administrativa, com conseqüentes encaminhamentos ao Excelentíssimo Senhor Augusto Becher, Prefeito Municipal; ao Excelentíssimo Senhor Sérgio Luiz Bini, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

A 25 de julho de 1960, de acordo com a Lei de n. 4245, Roncador foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Campo Mourão. Em seguida, já em 1961, ocorreu a posse de seu primeiro Prefeito, Excelentíssimo Senhor Eleutério Galdino de Andrade, confirmando assim, a emancipação política e administrativa pretendida pela comunidade, uma vez que o processo desenvolvimentista da região caminhava em passos largos, resultantes do desbravamento caracterizado basicamente, por duas fases: o desmatamento e industrialização da madeira; e o preparo do solo, cultivando no mesmo inúmeras plantas.

Ao longo destes anos todos, vê-se que a ação pioneira e destemida dos fundadores da cidade em nada foi em vão. Pelo contrário, Roncador apresenta um crescimento extremamente invejável para a região Centro-Oeste, fruto do trabalho incansável de sua gente, voltada principalmente para as atividades agrícolas, bases de sustentação sócio-econômica do município.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que apresento para que fique constado nos Anais deste Poder, votos de congratulações ao Município de Roncador pelos seus vinte e cinco anos de emancipação político-administrativa, antes de tudo uma forma sincera de procurar homenagear os inúmeros exemplos de trabalho e dedicação de todo o seu povo.

Sala das Sessões, em 06.11.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER o envio de cópia do pronunciamento feito nesta Assembleia, em data de hoje, às seguintes autoridades; Governador do Estado, Senador Álvaro Dias, Secretário de Estado do Planejamento, Secretário de Estado da Agricultura, Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Secretário de Estado dos Transportes, Presidente da "Café do Paraná", Presidente da Federação da Indústria, Presidente da Federação da Agricultura, Presidente da Federação do Comércio, Presidente da Associação Comercial do Paraná e Presidente da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) NELSON BUFFARA.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO NELSON BUFFARA

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

"Ao longo de nossa vida parlamentar, vimos defendendo e trabalhando para o fortalecimento da economia paranaense. Fomos sem modéstia, o primeiro Parlamentar no ano de 1971, a demonstrar técnica e politicamente as razões para a implantação da Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária. O nosso trabalho colaborou para que sua instalação fosse iniciada em 1974.

Gestionamos, também junto aos Governos Federal e Estadual para a implantação de uma malha viária compatível no nosso Estado, com a importância e magnitude de nossa agricultura e agroindústria.

Nesse ano, nos dedicamos principalmente para reivindicar e gerenciar junto ao Governo Federal, uma nova política agrícola para o País. Isso já foi conseguido, em parte temos uma linha global de orientação, porém, o caminho a percorrer ainda é longo e difícil para que tenhamos um elenco de políticas agrícolas regionais que atendam aos interesses de produtores e consumidores.

O que nos traz hoje a essa tribuna, é propor uma verdadeira cruzada da sociedade paranaense para a retomada do processo de desenvolvimento do Estado do Paraná.

Ao longo dos anos de recessão, pouco pôde ser feito para manter o ritmo de crescimento da economia paranaense.

O Estado do Paraná vem perdendo posição relativa no contexto de outros Estados brasileiros como: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e mesmo o Estado do Pará. Nesse sentido, temos certeza que a industrialização é a saída, é o futuro da economia do nosso Estado, onde atualmente mais de 60% da nossa população reside nas cidades.

TEMOS QUE DAR EMPREGO À NOSSA POPULAÇÃO

O emprego é mais urgente para atender

as populações que moram nas cidades.

Nesses últimos quatro anos, a única ação efetiva de desenvolvimento industrial que ocorreu no Paraná, deve ser creditada ao nosso Governador João Elísio Ferraz de Campos, que pela sua coragem e visão de estadista, proporcionou todas as condições para a implantação do Programa de Fiações, quando era então Secretário de Finanças. O Paraná, como maior produtor nacional de algodão, não beneficiava internamente sua produção de pluma. Dessa ação de governo, hoje temos onze fiações em implantação e em operação no nosso Estado.

Programas e ações dessa envergadura devem ser uma constante no trabalho diário de nossos governantes e, principalmente, da classe empresarial.

Estamos acompanhando de perto o trabalho que o Governador vem desenvolvendo para construir o Paraná do Futuro.

Precisamos apoiá-lo, bem como ao futuro Governador Álvaro Dias, para continuar e ampliar a linha desenvolvimentista iniciada por João Elísio.

Necessitamos urgentemente trabalhar unidos. Esse trabalho deve ser a somatória de esforços de toda a sociedade paranaense, empresários, dos trabalhadores, do Governo para que, utilizando de todos os instrumentos disponíveis, possamos fazer o mesmo que foi feito para o algodão, para outras áreas das atividades econômicas modernas como a informática, a biotecnologia e a metal mecânica. Isso, porém, sem nos descuidarmos da nossa base industrial que é a agroindústria, da madeira, do milho, do algodão, da soja, e do açúcar.

Bem sabemos que a implantação de novas unidades industriais não é uma tarefa fácil. Ela requer trabalho, esforço e muita persistência. Não é somente com o discurso político que chegaremos lá.

É vital, nesse momento, dar continuidade ao esforço iniciado pelo nosso Governador João Elísio, e que será ampliado por Álvaro Dias, para que todas as condições sejam dadas ao empresariado paranaense, no sentido de que o Paraná ingresse de fato em nova fase de desenvolvimento.

O PARANÁ NÃO PODE PARAR

Vamos trabalhar para o desenvolvimento do nosso Estado."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando o desenvolvimento de estudos para criar o ensino de 5.ª à 8.ª séries, na localidade de

Jaracatiá, pertencente à Municipalidade de Goioerê.

Concentrando expressivo número de moradores, Jaracatiá tem enfrentado, atualmente, grande dificuldade com respeito ao setor de ensino, tendo em vista que a referida localidade não conta com uma escola a nível de 5. à 8. séries, cuja consequência direta é a impossibilidade dos jovens estudarem, ou os que pretendem fazê-lo, vivenciam infinitos transtornos, especialmente em termos de deslocamento.

Assim sendo, acatando sugestão da Ilustríssima Senhora Vera Lúcia, Presidente da Associação de Moradores de Jaracatiá e profunda conhecedora de seus problemas e aspirações, que essa Pasta estude a viabilidade de tornar real a criação e instalação do ensino de 5. à 8. séries, devendo lembrar que também trata-se de reivindicação do Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Volantes de Goioerê, Ilustríssimo Senhor Arnaldo Alves.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de ofícios endereçados a Ilustríssima Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito da construção de uma nova sala para a Escola Estadual São Judas Tadeu - Ensino de 1. Grau, localizada na Municipalidade de Quinta do Sol.

A presente proposta é oriunda do Poder Legislativo, através de solicitação apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Helmut Etgeton. Na qualidade de Vereador, o mesmo afirma ser de vital importância a construção de uma sala com cerca de 60m², destinada como local onde será realizada a tradicional feira de ciências daquele educandário.

Pelas razões que se apresentam, espera-se que medidas sejam efetivamente postas em prática, vindo de encontro a pretendida reivindicação, aliás inteiramente justa.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL -

Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encarecendo a implantação de rede elétrica e de iluminação pública em Vila Nova, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

Trata-se de uma nova área praticamente anexada ao Jardim Aeroporto, onde residem atualmente expressivo número de famílias, conforme atesta o Senhor Sebastião Neves, membro do Conselho Fiscal da Associação de Moradores, que afirma ainda ser uma antiga reivindicação de todas as pessoas de Vila Nova, tendo em vista os transtornos enfrentados devido à falta de energia em suas residências, bem como da ausência de iluminação pública nas vias do referido núcleo habitacional.

Pelas razões que se apresentam, desejam os moradores que providências sejam efetivamente tomadas, através da imediata implantação de energia e iluminação na Vila Nova, por tratar-se, sem dúvida alguma, de uma justa solicitação que permitirá o bem-estar de inúmeras famílias.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, visando a destinação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra esportiva na Vila Anchieta, pertencente à municipalidade de Rencador.

A localidade de Vila Anchieta, atualmente concentra expressivo número de moradores, sendo que grande parte dos mesmos é jovem e profundamente interessada em praticar esporte. Entretanto, não dispõe a juventude de um local apropriado para desenvolvê-lo, conforme ressalta o Ilustríssimo Senhor Felipe Cavaleki, antigo morador no Município.

Ademais, cabe ressaltar que a Administração local não dispõe de recursos suficientemente capazes para tornar realidade a pretendida obra, razão pela qual é apresentado este requerimento, esperando que medidas sejam tomadas neste sentido.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora

Secretaria de Estado da Educação, no intuito de auxiliar a Escola Estadual Vila Urupês - Ensino de 1.º Grau, localizada na municipalidade de Campo Mourão.

A presente solicitação baseia-se em iniciativa da Ilustríssima Senhora Lorilene Sá Gomes. Na condição de Diretora daquele conceituado e tradicional estabelecimento de ensino, a mesma afirma ser de vital importância a colaboração dessa Pasta no intuito da aquisição de armações para rede de voley, bem como para a compra de uma tabela de basquete.

Por tratar-se de uma justa solicitação, que aliás objetiva dar reais condições para que os estudantes possam desenvolver suas aptidões desportivas, aguarda-se um pronunciamento favorável sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde Bem-Estar Social, apoio para a ACRUCAM - Auxílio à Criança de Rua de Campo Mourão.

A presente solicitação visa atender a mais de cento e dez crianças, a maior parte dos adolescentes, filhos dos chamados bóias-frias ou de famílias residentes na periferia da cidade. Como o próprio nome já diz, a ACRUCAM - Auxílio à Criança de Rua de Campo Mourão tem por finalidade, acima de tudo, integrar jovens no contexto social, através, por exemplo, de orientação profissional, do desenvolvimento de habilidades culturais e artísticas, assim como educacionais.

Neste sentido, face ao trabalho posto em prática, aliás de alto alcance social, naturalmente que há a real necessidade de manter em pleno funcionamento aquela Entidade. Para tanto, é imprescindível a colaboração dessa Pasta, através de recursos para a aquisição de um veículo destinado a ampliar ainda mais os serviços da ACRUCAM.

Pelas razões que se apresentam e acatando pedido formalizado pela Presidente, Ilustríssima Senhora Noeli Schwab e pela Ilustríssima Senhora Maria Geralda Coelho, Assistente Geral, aguarda-se um pronunciamento favorável para a presente questão.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa, o teor do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, no dia 03 do corrente, por ocasião da inauguração da duplicação da Rodovia do Café no trecho Spréa-Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 266/86

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo, autorizado a criar, no município de Siqueira Campos, uma Escola Técnica-Profissionalizante, a nível de 2.º Grau.

Parágrafo Único - Os cursos a serem ministrados na referida Escola, serão aqueles que venham de encontro às necessidades do mercado de trabalho da região.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) DONATO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente Projeto de Lei é preencher uma lacuna existente na região de Siqueira Campos, que necessita urgente de uma Escola Técnica-Profissionalizante a fim de atender a demanda de mão-de-obra necessária ao mercado de trabalho, com técnicas modernas e atualizadas.

Este aprendizado está sendo feito em outros Centros que possuem cursos desta natureza, provocando o êxodo de mão-de-obra região, pois, normalmente o aluno se fixa na cidade em que faz o curso.

Tal medida, sem dúvida, irá beneficiar e muito a referida região.

PROJETO DE LEI N. 267/86

A Assembleia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica criado o Município de Santa Lúcia, com território desmembrado do município de Capitão Leônidas Marques, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

"Começa no Rio Andradá no ponto de encontro com a linha de divisas com o município de Cascavel, desce o Rio Andradá até a foz do Rio Santa Lúcia, pelo qual sobe até alcançar o córrego que faz divisa entre os lotes 15-33, da Gleba n.5, de Timburi, seguindo o referido córrego até a divisa entre os lotes 5-37, 5-39, 6-40, 2-4 e 1-41 atingindo o Rio Monteiro, e por este acima

até a divisa entre as Glebas 4 e 5 - Timburi, seguindo por esta divisa no sentido Noroeste até alcançar o Rio Gonçalves Dias, pelo qual sobe até alcançar a divisa com o município de Cascavel, sendo que deste ponto segue rumo Leste até o Rio Andrada, ponto de partida".

Art.2. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoiamto: Nestor Baptista, Adhail Sprenger Passos, Ervin Bonkoski e Acir Mezzadri.

PROJETO DE LEI N.268/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Moradores de Vila Nova, com sede e fôro na Vila Nova, município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Art.2. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/11/86.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que a Associação de Moradores de Vila Nova, preenche os requisitos legais necessários a sua declaração como de utilidade pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, prestando desinteressadamente serviços à coletividade, inclusive no âmbito da assistência social e beneficente.

Outrossim, a referida Associação não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e não remunera sua diretoria.

A presente iniciativa, além de inserir a entidade no rol do reconhecimento público, representa ainda o aplauso e incentivo ao muito que a Associação vem realizando e, certamente, continuará a realizar no campo da benemerência, promovendo o desenvolvimento da comunidade e procurando soluções para seus problemas.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje, publicam matérias que versam sobre a decisão da Justiça do Paraná, em suspender alguns itens e arti-

gos da Lei Estadual de Agrotóxico. Esta lei, apresentada aqui na Assembléia, juntamente com os Deputados Orlando Pessuti, Sabino Campos e o Deputado Paulo Furiatti, visava unicamente preservar a qualidade de vida dos trabalhadores da agricultura e da população do Paraná.

Esta lei, pôs fim ao jogo de interesses das empresas multinacionais de agrotóxicos e também das empresas nacionais, que abusando no uso de biocida e agrotóxico neste Estado, vinha sistematicamente fazendo com que o abuso na venda e na comercialização, e também no uso, chegasse ao número oficial de cento e seis mortes, somente no ano de 1985 no Estado do Paraná.

Estes dados oficiais nos parece muito abaixo da realidade do que acontece no campo. Segundo o Dr. Rubens Lisboa, médico em Cornélio Procópio, ele detectou que os casos de intoxicação que acontecem no Paraná, estão chegando a síndrome do envelhecimento precoce dos ossos, consistindo no afinamento das paredes corticais dos ossos e raquitismo renal, sendo comum nas mulheres a instabilidade pós-parto, irreversível da coluna vertebral e a frigidez.

Segundo ele, os atendimentos da Santa Casa de Misericórdia, de Cornélio Procópio, surpreendeu-se com a incidência de artrose em pessoas de idade entre vinte e vinte e cinco anos, devido à ausência de tecidos na extremidade dos ossos, tendo diagnosticado soldaduras precoces nas cartilagens de crescimento, que fazem cessar o desenvolvimento físico, originando os nanicos.

Nos obesos, acumulam-se resíduos de agrotóxicos na gordura e quando fazem regime para emagrecer podem morrer, pois, a tendência é de o veneno passar para o sangue, segundo o médico.

Isto está sendo publicado na "Folha de Londrina", de hoje, em sua página 28.

Segundo o mesmo médico, a experiência leva a deduzir que os números oficiais de intoxicados já considerado alarmantes, refletem apenas 10% da realidade, pois 90% dos casos passam despercebidos ou são tratados como se fossem outras entidades moribundas, que aparecem associadas, além de que o sistema de atendimento na rede oficial de saúde, não apresenta registros condizentes.

O Paraná figura entre os quatro Estados maiores consumidores de agrotóxicos desde 1982. Até o segundo semestre de 1986, os agricultores intoxicados somam seis mil, oitocentos e trinta e três, com um detalhe muito grave, trezentos e dezesseis morreram. Esses números foram levantados oficialmente pelo Departamento de Fiscalização, o DEFIS, da CLASPAR e conforme o pensamento do ortopedista Rubens Lisboa, corresponde a apenas 10% da reali-

dade.

É importante, também, destacar aqui, um outro dado publicado na "Folha de Londrina", de hoje, em sua página 28, que, em agosto último, o Sr. Reynaldo Scalisse, do Setor de Eco-Toxicologia da CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, demonstrava que os duzentos e trinta casos de intoxicações, com doze mortes ocorridos em 1986, indicavam uma perspectiva muito menos sombria em relação a 1985, quando, em doze meses, foram registrados mil e cinquenta e oito casos e cento e seis mortes.

É importante destacar a presença da Assembleia Legislativa do Paraná, na aprovação desta Lei, considerada pelos técnicos como a "lei mais moderna do Brasil". A dedicação, principalmente do Deputado Paulo Furiatti, que foi quem apresentou o Substitutivo Geral sobre o nosso projeto.

Segundo a mesma reportagem, embora mutilada, a "lei de agrotóxicos do Paraná, vinha obtendo bons resultados, por exigir provas de eficácia dos produtos, e a especificação das culturas, às quais devem ser destinados, além de informações de impacto sobre ambiente-homem". Mas, nem esses critérios os fabricantes aceitam, e, baseados também no detalhe de que a lei estadual não leva em conta a licença do Ministério da Agricultura para produtos na fase de teste da eficiência, ingressaram na Justiça, alegando abuso da Secretaria da Agricultura do Paraná. Isto porque as próprias informações fornecidas pelas indústrias, são consideradas precárias.

Ora, é de se perguntar, neste instante, às indústrias, se a Secretaria da Agricultura, que é o órgão oficial para fazer valer a Lei Estadual de Agrotóxicos, e, junto com ela, também, a Secretaria do Interior e a Secretaria de Saúde Pública, ela faz somente no sentido de fazer preservar a lei como foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa do Paraná.

É importante destacar estas matérias de hoje, e o "Correio de Notícias" também publica na sua página 8, uma entrevista com o técnico alemão e ele é Vice-Presidente da Federação dos Parques Nacionais da Europa, Hans Biebelriether, que também vem denunciar, e cita, inclusive como escândalo internacional, a posição do Brasil em aceitar, impunemente, multinacionais fabricando agrotóxicos aqui no Brasil, quando, em seus países de origem, esses produtos não estão sendo produzidos há muitos anos.

Outro dado importante também, e segundo as empresas multinacionais, é que ainda não houve tempo para que elas se adaptassem à Lei Estadual. Como se houvesse tempo para que se colocasse mais veneno na mesa do consumidor, nas mãos do trabalhador ru-

ral, e também que o veneno viesse a ser desperdiçado, prejudicando e onerando o produtor rural!

Deixamos aqui, Sr. Presidente, Senhores Deputados, nosso protesto à decisão da Justiça em acolher o pedido das empresas multinacionais e também algumas nacionais interessadas na venda de agrotóxicos, que vêm infelicitando e envenenando não só a vida do trabalhador, do consumidor e do produtor rural, e também prejudicando o meio ambiente.

Desta forma, quero deixar em nome dos Deputados, que durante muito tempo trabalharam para que este projeto fosse aprovado na Assembleia do Paraná, mesmo sob pressão nos corredores desta Casa, com relação aos Deputados que estavam trabalhando para que este projeto de lei chegasse, finalmente, à sua conclusão, enquanto aqui no Paraná, a Assembleia Legislativa aprovou este projeto, o projeto foi à sanção do então Governador José Richa, e ele o sancionou, e, depois disso, foi regulamentado pela Secretaria da Agricultura, Secretaria da Saúde Pública e também pela Secretaria do Interior.

Em outros Estados, como o Rio Grande do Sul, por exemplo, a Assembleia Legislativa daquele Estado aprovou o projeto de lei regulamentando o uso de biocidas no seu Estado, o Poder Executivo vetou, a Assembleia Legislativa derrubou o veto do Governador e depois o próprio Governador do Estado, atendendo aos interesses das multinacionais, entrou na Justiça, contra a decisão da Assembleia Legislativa daquele Estado.

Portanto, nós não podemos continuar aqui no Brasil e muito menos no Paraná, como um balão de ensaio, como se os paranaenses fossem verdadeiras cobaias, para que as multinacionais aqui experimentem os seus produtos.

Acima de tudo, o que está em jogo é a saúde do Brasil e do povo brasileiro.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar aqui registrada a nossa estranheza com relação à decisão da Justiça e acreditar que logo mais, o mais breve possível, a Justiça do Paraná restabeleça a Lei Estadual aprovada por esta Casa, com o apoio de todos os seus Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu Horário. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, desejo agradecer ao Líder do meu Partido, a oportunidade de falar ao meu povo neste momento de tristeza, quando falta a Ponta Grossa, quando falta ao Paraná, o nosso ex-companheiro CIRO MARTINS - falecido, em seu trabalho!

Gostaria que, neste momento, todos reverenciassem a figura de CIRO MARTINS que, por certo, receberá de parte de outros companheiros de Ponta Grossa, de seus amigos, de todos os Senhores Deputados enfim e principalmente do Sr. Deputado Odeni Mongruel, um voto de pesar; pesar, porque nos deixa um grande batalhador, em benefício do Paraná e sua gente, e quiçá, do Brasil!

Em seguida, eu gostaria de expor a minha estranheza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Líder do meu Partido, quanto ao comportamento de certos Senhores Deputados que, ontem acolhiam Paulo Maluf no acolchoado dos seus lares, que ontem diziam a Paulo Maluf, sob juras, que lhe seriam fiéis!

Nada tenho contra o PDS, meu ex-Partido, porém, é por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela falta de autenticidade do nosso pessoal que nós "levamos chumbo"!

Há um homem que ficou para trás!

Ontem os louva-a-deus convidaram e receberam Paulo Maluf em seus lares, quando diziam:

- Vossa Excelência, oh! Todo-Poderoso, haverá de ser o Líder brasileiro!

Após a redentora reunião, porém, alguns pedessistas que levaram dentro de seu espírito Tancredo Neves à Presidência da República, estes, hoje pedessistas que traem o seu Partido, fogem; estão fugindo como ratos fogem dos navios.

Nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos aqui a honra de dizer que recebemos Paulo Maluf em nosso lar - talvez, quem sabe, por sermos "jacu do Interior"! Mas, jamais usaremos de malabarismo, jamais seremos camaleões como aqueles que têm a memória curta. As notas e a imprensa do meu Paraná, porém, sabem que é o PDS que expõe Paulo Maluf à execração pública; o que não passa de uma traição!

Este Deputado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está por encerrar sua carreira e por julgarmos ser o melhor caminho, desejamos encerrá-la, junto a Álvaro Dias - a melhor opção!

Mas, nunca desejamos ferir sensibilidades.

Faria, neste instante, Sr. Presidente, Senhores Deputados, um desafio aos antigos Companheiros de PDS que, aqui viessem para um diálogo, que aqui viessem para relembrarmos a grande convenção de Foz do Igua-

çu.

Aqueles que dizem ser Paulo Maluf um câncer sabem, e sabe todo o PDS que Maluf pertence ao PDS!

Então, povo do meu Paraná, há homens que se escondem sob artimanhas. Felizmente nós, este Deputado, o Sr. Deputado Fuad Nacli, nada temos a esconder, não pertencemos ao "PTB de Ermírio de Moraes", pertencemos isto sim, dignamente, ao PTB do Paraná, eis que PTB não tem dono, o dono do PTB é o povo que haverá de marchar com Álvaro Dias!

O Sr. Fuad Nacli - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte, Senhor Deputado Gabriel Manoel.

Desejamos dizer a Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, nosso amigo e irmão de coração, que conhecemos muito bem sua formação, sabemos de sua luta desde Prefeito do Interior e dessa mesma luta desempenhada nesta Casa, ao longo de tantos anos.

Assim, não nos surpreende o pronunciamento de Vossa Excelência; ele nos gratifica porque reconhecemos que Vossa Excelência há vinte anos, há dez anos, há cinco anos, com relação a Paulo Maluf, mantém a mesma postura, não negociando, não procurando conchavos e nem deixando para a última hora, a sua decisão.

Nós do PTB do Paraná, juntamente com o Deputado Francisco Escorsin e com Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, fomos presença na convenção que escolheu o nome do Senador Álvaro Dias para ser o Governador do Estado do Paraná e ele o será, se Deus quiser!

Desejo cumprimentá-lo, também, por dizer que nós estamos no Paraná - nada temos contra quem quer que seja de São Paulo, mas aqui, Ermírio de Moraes não é nosso candidato; aqui, nosso candidato é o nosso Companheiro de Assembléia Legislativa, Álvaro Dias.

Gostaria também, de dizer que fomos solicitados pelo Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos que intermediou entre o Governo e o nosso professorado, a votarmos matéria do sumo interesse e de suma importância para os professores, essa classe tão sacrificada. Mas, vejam a nossa situação! Aqueles que se dizem defensores do professorado, onde estão? Qual a defesa que estão fazendo às Mensagens do Sr. Governador?

Agradeço a atenção de Vossa Excelência e o cumprimento pelo seu pronunciamento e pela repercussão que o seu trabalho tem, na opinião pública.

O SR. GABRIEL MANOEL - Deputado Fuad

Nacli, quando Vossa Excelência fala num dos autênticos representantes dos professores eu fico desvanecido, porque não há traição!

Ontem, Deputado Fuad Nacli, o Maluf servia - Deus que me perdoe - para essa "cambada" de traidores! Por isto é que eles não ganharão a eleição. Covarde é aquele que se dá por vencido, antes de começar a luta. Deputado, os homens que ontem bajulavam Paulo Maluf oferecendo-lhe "strognoff" em suas mesas, hoje o atacam. Por isto, Álvaro Dias vai ganhar as eleições!

Basta de traição!

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Consulta à Liderança do PDT, se deseja fazer uso do horário que lhe é destinado.

Ausente, consulta à Liderança do PFL. Declina.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PCB.

Concedo a palavra, ao nobre Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Somente para registrar, na tribuna da Assembleia, a nossa solicitação e o pedido de apoio dos Senhores Deputados, no sentido de que se solucione definitivamente o impasse ainda existente na Universidade Estadual de Londrina, que gerou uma paralisação de protesto nesta última segunda-feira e sexta-feira passada, por conta do não pagamento da produtividade, questão ganha na área do Judiciário, em todas as instâncias.

Está havendo a negociação entre a Associação de Docentes, Sindicato de Professores de Londrina com a Universidade, a Reitoria, e destas com o Governo do Estado, no sentido do parcelamento. No entanto, não se chegou ainda a um entendimento, e a paralisação, sem dúvida alguma, trouxe prejuízos ao andamento do ano letivo, e há o risco de se ter novamente um processo semelhante de paralisação.

A nossa solicitação é no sentido de que a Assembleia Legislativa se pronuncie através de Mensagem ao Senhor Governador, no sentido de que sejam redobrados os esforços em busca do entendimento e do parcelamento aceitável pelas partes envolvidas.

Além disso, somente um pronunciamento no sentido de que tenho fé de que hoje nós votaremos em 1. votação as mensagens do Poder Executivo relativas ao magistério paranaense.

Ontem em Ibioporã, anteontem em Telêmaco Borba, nesses dias atrás todos enfim,

participando de debates em ambientes escolares, nós constatamos que, de fato a comunidade do Magistério paranaense está aguardando e observando com atenção o comportamento da Assembleia Legislativa neste aspecto.

Eu tenho certeza, de que hoje haverá compreensão da parte dos Senhores Deputados, no sentido de que nós avancemos, votando e aprovando em 1. Discussão, as mensagens que estão na pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) A solicitação de Vossa Excelência está anotada.

Consulta à Liderança do Partido Liberal se deseja fazer uso do tempo que lhe é destinado. (Declina).

Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passando-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n. 256, 258, 259, 260 e 257/86, constantes da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de saber quantos são os projetos de preferência de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) São cinco projetos.

O SR. FUAD NACLI - Gostaria de saber o número na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Perfeito. É o número 9, 10, 11, 12 e 17.

O SR. FUAD NACLI - Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, nós vamos votar favorável, pois a nossa Bancada está presente, todos os Senhores Deputados do PTB, em respeito à classe dos professores, esta classe tão sacrificada, e reconhecendo o

esforço do Deputado Adhail Sprenger Passos que teve o seu trabalho na greve dos professores na mediação entre o Governo e a classe, e não se justifica aqui, pedirmos verificação de votação porque seria injusto não passar esses Projetos hoje, mas lamentamos que tantos daqueles Deputados que pregam a defesa dos professores, não se encontram presentes no plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Continua em discussão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Nobre Deputado, está em discussão o requerimento para preferência de votação.

Aprovado o requerimento.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.256/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.129/86), que visa normatizar a concessão das férias regulamentares anuais, aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, que prestam serviços administrativos nos estabelecimentos de ensino ou em órgãos da Secretaria da Educação, assim como, dispor sobre a contagem em dobro dessas férias. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e Comissão de Educação. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.256/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art.1.º - O artigo 56, da Lei Complementar n.07/76, de 22 de dezembro de 1976 - Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1.ª e 2.ª Graus, passa a ter a seguinte redação:

"Art.56 - As férias do Professor ou Especialista de Educação serão de 60 (sessenta) dias, dos quais pelo menos 30 (trinta) consecutivos usufruídos em períodos de recesso escolar, segundo o calendário elaborado de acordo com as normas previstas em lei.

§ 1. - Os Professores e Especialistas de Educação, designados formalmente para exercerem atividades da Administração de Estabelecimento de Ensino ou de órgãos da Secretaria de Estado da Educação - SEED, terão 30 (trinta) dias de férias por ano, que se regerão pelos artigos 149, 150, 151, 152, 153 e 154, da Lei n.6.174, de 16 novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

§ 2. - Aplicam-se ao Pessoal do Magistério, as disposições do artigo 155, da Lei n. 6.174/70."

Art.2.º - Ficam ratificados os atos do Poder Executivo referentes à contagem das férias em dobro, para todos os efeitos legais, do pessoal do Magistério, deferidos de acordo com os critérios da administração até a presente data.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/09/86.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.256/86

PARECER:

O Projeto de Lei Complementar em exame origina-se da Mensagem Governamental n.129/86, que visa normatizar a concessão das férias regulamentares anuais, aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério que prestam serviços administrativos nos estabelecimentos de ensino ou em órgãos da Secretaria da Educação, assim como dispõe sobre a contagem em dobro dessas férias.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental. Com efeito, a mesma se classifica entre as prerrogativas exclusivas do Chefe do Poder Executivo.

Assim sendo, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei Complementar.

Sala das Comissões, em 29/10/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 256/86

PARECER:

Esta Comissão chamada a opinar sobre o Projeto de Lei Complementar n. 256/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 129/86, que visa normatizar a concessão das férias regulamentares anuais aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, que prestam serviços administrativos nos estabelecimentos de ensino ou em órgãos da Secretaria da Educação, assim como dispõe sobre a contagem em dobro dessas férias, dá o seguinte Parecer:

A Douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente quanto à constitucionalidade do mesmo.

Esta Comissão analisando a matéria, conclui que não possui qualquer impedimento quanto ao seu mérito.

Assim sendo, somos de Parecer favorável pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 03/11/86.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Presidente
ODENI MONGRUEL
Relator

Aprovado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela Ordem)
- Senhor Presidente, apenas para manifestar a nossa posição, a posição do PDT, a favor dos professores do Paraná, desde maio deste ano, nós já fazíamos declarações de voto registrada nos Anais desta Assembléia a favor dos professores do Paraná.

A posição do PDT paranaense e brasileiro é uma posição progressista que se volta muito para o campo social e para o campo do socialismo e prega exata e principalmente, o avanço para as conquistas sociais. Não poderíamos deixar de registrar mais uma vez, que todas as lutas em prol da classe trabalhadora, e o trabalhador paranaense não somente o professor, é um trabalhador injustiçado, mesmo vivendo e morando num Estado tido e havido como um Estado rico, é um trabalhador mal remunerado.

Gostaríamos, que a grande riqueza do Paraná, que a grande riqueza do Brasil, fosse a elevação do ser humano, dando-lhe condições integrais de se desenvolver e de se ampliar como pessoa para poder atingir e alcançar à altura, para a qual foi criado.

Não poderíamos, Senhor Presidente, deixar de dizer a este Parlamento que, infelizmente, o trabalhador ainda vai lutar muito, vai sofrer muito para poder receber o seu justo salário. O trabalhador tem sido, Senhor Presidente, apenas massa de manobra para fins quase sempre eleitoreiros. Quando se luta no dia-a-dia, na hora a hora de cada dia, em prol de uma sociedade mais justa, é porque nós queremos que haja felicidade acima de tudo. E, não pode haver felicidade onde os lares gemem de fome, e quando as crianças ficam nas ruas sem escola.

A classe trabalhadora paranaense deste Estado proclamado rico, não tem sido vista nem olhada da maneira humana como deveria ser vista e ser olhada. Senhor Presidente, coloco-me a favor dos professores, mas quero também, me estender, para dizer que a luta da classe trabalhadora paranaense e brasileira, é uma luta principiada, é uma luta que nós vamos ter que estender ao alcance dos corações dos dirigentes, dos governantes porque nós não podemos comer o caviar quando tantas pessoas passam fome, e os salários não têm sido justos, pois, os governadores são injustos.

Gostaria de que sob este céu abençoado pelo Cruzeiro do Sul o "Amai-vos uns aos outros", fosse uma realidade e não uma demagogia.

Senhor Presidente, que fique registrado que já em maio nós lutávamos a favor dos professores e assim nos preparávamos, e sentimos uma tristeza muito grande quando pegamos o orçamento do Estado e vimos

que a receita para a Secretaria da Educação, diminuiu de 28% para 16,7%. Não sei, Senhor Presidente, como o PMDB vai poder cumprir as suas propostas, se ele não encara a educação como uma área prioritária e diminuiu o percentual tributário do Estado para a área da educação.

Um Estado sem cultura, Senhor Presidente, um Estado que não atende à educação, que não tem educação como prioridade máxima ao lado da saúde e da segurança, não sei para onde se encaminha ou se dirige. Mas, o que eu sei é que haveremos de vencer as eleições e dar maior atenção as prioridades máxima de um povo que são - a educação, a saúde e a segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - O pronunciamento de Vossa Excelência será considerado declaração de voto.

a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 258/86, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 141/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar aos professores e Especialistas de Educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, o regime diferenciado de trabalho. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 258/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar aos Professores e Especialistas de Educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, o regime diferenciado de trabalho.

Art. 2.º - A Secretaria de Estado da Educação proporá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Regulamento do Regime Diferenciado de Trabalho, a ser implantado gradativamente.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/10/86.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 258/86

PARECER:

Oriundo da Mensagem n. 141/86, o presente Plano de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a implantar aos professores e especialistas de educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério o regime diferenciado de trabalho.

De acordo com o Art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para

a iniciação do processo legislativo das leis que diponham sobre tal matéria compete, privativamente, ao Chefe do Poder Executivo.

O Projeto de Lei Complementar ora submetido a esta Comissão, consulta aos interesses do ensino e da classe dos professores e, nesse sentido, atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 258/86

PARECER:

Oirundo da Mensagem Governamental n. 141/86, o presente Plano de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a implantar aos professores e especialistas de educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério o regime diferenciado de trabalho.

A medida ora proposta recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação manifesta-se FAVORAVELMENTE ao Projeto, já que o mesmo atende aos interesses do ensino e da classe dos professores.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03/10/86.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Presidente

ODENI MONGRUEL

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 259/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 142/86), que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 7, de 22/12/76 (Estatuto Magistério). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 259/86

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - A "Seção Única", que trata "Das Gratificações", pertencente ao Capítulo IX - "Das Vantagens", da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976, com redação dada pela Lei Complementar n. 13, de 23 de dezembro de 1981, passa a denominar-se "Seção I", ficando dela excluído o artigo 76, que integrará com nova redação a "Seção II" - "Das Aulas Extraordinárias".

Art. 76 - A aula extraordinária terá

valor fixado em função dos níveis de vencimentos do Plano de Classificação de Cargos (Anexo II), observados os critérios seguintes:

I.^o - nas 04 (quatro) primeiras séries do 1.º Grau e no ensino pré-escolar, 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial do respectivo cargo efetivo, limitado a 20 (vinte) o número de aulas extraordinárias semanais;

II - a partir da 5.^a série do 1.º Grau, inclusive, até a última série do 2.º Grau:

a) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe B, ao ocupante de cargo de Magistério:

1. com formação pedagógica até o 2.º Grau;

2. acadêmico de curso superior de formação pedagógica;

3. não incluído nos incisos seguintes,

b) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe C, ao ocupante de cargo de Magistério:

1. com licenciatura de curta duração;

2. portador de registro "D" do Ministério da Educação e Cultura, não licenciado;

c) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe E, ao ocupante de cargo do Magistério, portador de licenciatura plena.

§ 1.^o - Fica assegurado ao Professor ou Especialista de Educação, o direito de contar ao seu acervo de serviço público, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço correspondente às aulas extraordinárias ou suplementares ministradas anteriormente à investidura no respectivo cargo, efetuada a conversão na forma adotada pela administração, independente do número de atos designatórios ou de estabelecimentos em que tenha ministrado essas aulas.

§ 2.^o - O Professor ou Especialista de Educação, terá incorporado aos proventos de aposentadoria, valor correspondente à média das aulas extraordinárias ou suplementares ministradas nos últimos 10 (dez) anos imediatamente anteriores, desde que não tenha optado pela contagem de tempo na forma do § 1.^o.

Art. 2.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/10/86.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 259/86

PARECER:

Oirundo da Mensagem Governamental n. 142/86, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério).

rio).
De acordo com o Art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para a iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria compete, privativamente, ao Chefe do Poder Executivo.

O Projeto de Lei ora submetido a esta Comissão consulta aos interesses do ensino e da classe dos professores e nesse sentido atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, e nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o PARECER.

Sala das Comissões, em 29/10/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 259/86

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 142/86, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério).

A medida proposta recebeu parecer favorável, da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação manifesta-se FAVORAVELMENTE ao Projeto, já que o mesmo atende aos interesses do ensino e da classe dos Professores.

É o Parecer.

Sala das Comissões, e 03/11/86.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS
Presidente
TADEU FRANÇA
Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 260/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 143/86), que objetiva dar nova redação ao artigo 34, da Lei Complementar n. 7, de 22/12/76, alterado pela de n. 13, de 23/12/81, na parte que trata de interstício para promoções de integrantes do Quadro Próprio do Magistério. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 260/86

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O art. 34, da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976 - Estatuto do Magistério Público do Paraná, alterado pela Lei Complementar n. 13, de 23 de dezembro de 1981, passa a ter a seguinte redação, acrescido de parágrafo único:

"Art. 34 - O interstício entre duas promoções por avanço vertical, por habilitação, será de 1 (um) ano e o do avanço diagonal por merecimento será de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - O interstício de 1 (um) ano, a que se refere o "caput" deste artigo, fica reduzido para 6 (seis) meses para os Professores ou Especialistas de Educação, do sexo feminino que contêm com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço para todos os efeitos legais, e do sexo masculino que contêm com mais de 30 (trinta) anos de serviço, também para todos os efeitos legais, na data da publicação desta lei".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/10/86.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 260/86

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 259/86, o presente Plano de Lei tem por finalidade dar nova redação ao art. 34, da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976, alterado pela de n. 13, de 23 de dezembro de 1981, na parte que trata de interstício para promoções de integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

De acordo com o art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para a iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria compete, privativamente, ao Chefe do Poder Executivo.

O Projeto de Lei ora submetido a esta Comissão consulta aos interesses do ensino e da classe dos professores e nesse sentido atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 260/86

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 143/86, o presente Plano de Lei tem por finalidade dar nova redação ao art. 34, da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976, alterado pela de n. 13, de 23 de dezembro de 1981, na parte que trata de interstício para promoções de integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

A medida proposta recebeu parecer, favorável, da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de

Educação manifestou-se FAVORAVELMENTE ao Projeto, já que o mesmo atende aos interesses do ensino e da classe dos professores.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03/11/86.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Presidente

TADEU FRANÇA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 257/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 140/86), que objetiva fixar o vencimento mensal do cargo de professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, em três vezes o valor do salário-mínimo, a partir de 1.^o de janeiro de 1987. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N. 257/86

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - O vencimento mensal do cargo de Professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério será, a partir de 1.^o de janeiro de 1987, correspondente a três vezes o valor do salário-mínimo.

§ 1.^o - É mantido o percentual de diferença existente entre os níveis de vencimentos das cinco categorias funcionais do Magistério.

§ 2.^o - O Poder Executivo baixará os necessários decretos, nas ocasiões oportunas, aprovando as respectivas tabelas de vencimentos, na forma do disposto neste artigo.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos na data prevista no artigo 1.^o.

Art. 3.^o - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/10/86.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 257/86

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 140/86, o presente Plano de Lei tem por finalidade fixar o vencimento mensal do cargo de Professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, em três (03) vezes o valor do salário-mínimo, a partir de 1.^o de janeiro de 1987.

De acordo com o art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para a iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria compete, privativamente, ao Chefe do Poder Executivo.

O Projeto de Lei ora submetido a esta

Comissão, consulta aos interesses do ensino e da classe dos professores e nesse sentido atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 257/86

PARECER:

O presente Plano de Lei, oriundo da mensagem Governamental n. 140/86, tem por finalidade fixar o vencimento mensal do cargo de Professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, em 3 (três) vezes o valor do salário-mínimo, a partir de 1.^o de janeiro de 1987.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação manifestou-se FAVORAVELMENTE ao Projeto, já que o mesmo atende, na medida do possível, as aspirações do Magistério paranaense.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03/11/86.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Presidente

TADEU FRANÇA

Relator

Em votação.

O SR. FUAD NACLI (Para encaminhar a votação) - Senhor Presidente, não poderíamos deixar de fazer constar nos Anais da Casa, de hoje, o nosso agradecimento ao Governador João Elísio Ferraz de Campos, porque ele abriu diálogo entre os professores e este Poder, para que pudessemos votar na data de hoje, em 1.^a Discussão, os interesses dessa classe, como acabei de dizer. Também daqueles que participaram, procurando a conciliação dessa classe, e é por esta razão que pedimos que constasse da Ata, um voto favorável da nossa Bancada que está aqui presente, de todos os Senhores Deputados da nossa Bancada, para dizer ao povo do Paraná, que o PTB está com o povo do Paraná e com Álvaro Dias para Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente.

Quero apenas complementar as palavras do ilustre Deputado Fuad Nacli e dizer que Sua Excelência o Senhor Governador do Es-

tado abriu o diálogo por interferência deste Poder. Este Poder Legislativo que, através da Comissão de Educação que eu tenho a honra de presidir e que é composta dos Deputados Odeni Mongruel e outros, inclusive de Vossa Excelência Senhor Presidente, que compareceram à reunião convocada por nós, para poder encaminhar o diálogo entre a classe dos professores e o Governo do Estado.

Essa reunião da Comissão de Educação, inclusive, foi objeto de uma solicitação do Deputado Márcio Almeida.

Fizemos a reunião e tornamos a Comissão de Educação em sessão permanente, participando do diálogo, já que o propusemos ao Governo do Estado e foi prontamente aceito; os professores também deram uma grande contribuição, porque aceitaram o diálogo do Governo e a classe. Foram vinte e oito horas de diálogo em três dias, Senhor Presidente. Tive a honra de presidir, em nome desse Poder, a essas reuniões de negociação.

Encontrei - e posso aqui testemunhar que encontrei por parte do Governador do Estado, dos Secretários de Estado, como também, Senhor Presidente, por parte dos professores, a maior boa vontade para o diálogo, a maior compreensão pelas dificuldades porque passa o Paraná, e terei oportunidade em outra ocasião, Senhor Presidente, de analisar isso com mais profundidade para mostrar que nós estamos, nós todos, Deputados Estaduais, procurando cumprir com o nosso dever e temos a honra de dizer que este Poder Legislativo contribuiu de maneira bastante eficaz para que as reivindicações dos Senhores Professores, extremamente justas, fossem acolhidas em boa parte e que pudesse também, Senhor Presidente o Governo do Estado criar como de fato criou, uma comissão permanente de diálogo para que periodicamente se reunisse com a Associação dos Professores para que esse diálogo fosse de forma contínua, de forma permanente para que os avanços que já temos conseguido possamos, naturalmente, ter prosseguimento.

Faço esse registro, Senhor Presidente, e pretendo em ocasião devida detalhar mais o trabalho que esta Casa desenvolveu através dos membros da Comissão de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Concedo a palavra para encaminhar ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, embora já tenha me manifestado a favor da aprovação deste projeto, me faz pedir a palavra para encaminhamento exatamente para rememorar a tristeza de saber que o trabalhador tem que sofrer pa-

ra poder alcançar seus objetivos.

Toda a Bancada do PMDB, no dia 02/05/84, começou a trabalhar contra os professores do Paraná e já na época não lhe deu o piso de três salários-mínimos.

Hoje, com muito pesar, vejo o PMDB se manifestar através da palavra do Deputado Adhail Sprenger Passos que, na oportunidade, votou contra o piso de três salários-mínimos para os professores. Eu acho isso um avanço, mas acho também que não é preciso ao Parlamentar fazer o trabalhador sofrer, acampar para poder atingir seus objetivos.

Já no princípio de maio cinco Deputados desta Casa votavam a favor do piso de três salários-mínimos e éramos tachados de demagogos. Hoje, eu vejo a Bancada do PMDB votando piso de três salários que nós já queríamos dar em maio deste ano. Votamos, fizemos e está nos Anais da Assembléia, o registro do nosso voto a favor do piso de três salários-mínimos. E dizia, porque eu era do PMDB na época, dizia aos meus companheiros de então, nós somos Deputados do povo, pagos pelo povo ou somos Deputados do Governador?

Vamos redimir a palavra do Senador Richa, dizia eu naquela época, quando o senador defendia um piso salarial melhor para o professor e achava injusto o piso de 2,2 para o professorado do Paraná.

No entanto, a Bancada do PMDB que só vota a favor do trabalhador quando este o coage.

A Bancada do PMDB, no entanto, não tem a sensibilidade de ser altaneira e ativa para defender os interesses da classe trabalhadora porque só vota com pressão e não com a razão.

Eu quero deixar registrado esse meu protesto porque não é possível que um homem eleito pelo povo não tenha a sensibilidade de sentir o que o povo sente.

Quero deixar registrada essa minha manifestação dessa falta de sensibilidade social da Bancada do PMDB que, hoje, graças a Deus e graças aos professores, que sofreram no Centro Cívico, acampados para poderem conquistar essa migalha de piso salarial. Somente aí que a Bancada do PMDB, esse PMDB que eu ajudei a fundar, a criar e a construir, mas para que ele fosse justo e defendesse a justiça social. É o PMDB e o MDB - eu fui expulso de escolas para que ele existisse em Curitiba e no Paraná; era o MDB que eu sonhava, trabalhando pelo trabalhador, não esse PMDB que hoje vota, depois de fazer o trabalhador sofrer, não é esta mensagem que eu levei aos meus amigos e aos meus companheiros de todo o Paraná. O PMDB tem que adquirir a altivez necessária para estar sempre do lado do povo e não ao lado do Governador. O Governador é pago pelo povo e o Deputado

é pago pelo povo, não pode ser conivente com os interesses dos poderosos, tem que ser conivente com os interesses do povo que constrói este Estado e a sua grandeza.

Senhor Presidente, não poderia deixar, embora eu seja um apaixonado por tudo o que faço, não poderia deixar passar sem rememorar este fato que os professores do Paraná devem levar nas suas consciências, de que toda a Bancada do PMDB, em maio votou contra o piso de 3.3, de três salários-mínimos para o professorado. Toda a Bancada do PMDB, à exceção deste Deputado, que foi o único sendo do PMDB, que fez declaração de voto a favor do piso de três salários-mínimos. Eu estou dizendo isso para que amanhã a história prove quem na realidade tem o coração afinado com o coração do povo e o coração do povo é o coração que haverá de eleger Alencar Furtado, Governador do Paraná, para que nós não tenhamos o trabalhador acampando na frente do Palácio Iguazu, para poder ter seus direitos prevalecendo. Eu quero registrar que somente com Alencar Furtado, já que aqui fizeram proselitismo político, somente com Alencar Furtado, o Paraná terá a classe trabalhadora prestigiada.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, a Bancada do PTB, que era Getúlio Vargas, a nossa Bancada, com o Deputado Erondy Silvério, com Francisco Escorsin e com Fuad Nacli, estranhámos, os homens do PDS, que ontem lutavam conosco, talvez, por um falso messianismo e hoje, não estão aqui para defender esta classe trabalhadora, que deu ao Brasil, e a sua gente, tudo de elementar para que pudéssemos caminhar por esta vereda, Senhor Presidente. Esta vereda que dentro da nossa alma, nos primeiros passos, Senhor Presidente, sem falso messianismo, onde estão os homens que nos atacam, onde estão os anti-malufistas, que não vêm defender o professorado, onde estão esses homens que só sabem ser contra Senhor Presidente, tivemos o Deputado Adhail Sprenger Passos, defendendo e conquistando o nosso apoio pela justiça e seus propósitos. Também estivemos a favor dos professores. Hoje, queremos deixar público, Deputado Adhail Sprenger Passos, vosso trabalho, trabalho de amizade, trabalho concreto, em favor dos professores de nossa terra e de nossa gente.

O nosso PTB é o PTB de Getúlio Vargas. Não é o PTB faccioso de Antônio Ermírio de Moraes. É o antigo PTB dos homens que sofreram com a "Carta Testamento", de Getúlio Vargas, e não podemos ser vilipendiados, não podemos nos curvar aos caprichos dos nossos antigos companheiros de partido.

Queremos é o bem estar de nossa terra e de nossa gente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, professores do meu Paraná, vamos "pendurar as chuteiras". Mas, jamais houve traição, Senhor Presidente, Deputado Alencar, meu amigo, como houve do Presidente do ex-Partido nosso, que admiramos, ao falar dos "malufistas".

Tivemos a honra e a satisfação de acompanhar Paulo Malluf nas casas desses homens que, hoje, o repudiam e o botam à execração pública; esta gente vai dar a vitória, com a devida vênica, Deputado Alencar, a Álvaro Dias, porque eles não têm sensibilidade, não têm a coerência de atacar companheiros.

E é, neste momento, o PTB de Erondy Silvério, o PTB de Francisco Escorsin, o PTB de Fuad Nacli, que resolveu estar ao lado de Vossa Excelência e ao lado do professorado, para com Álvaro Dias, formar uma esperança no Paraná, "emborasmente", como dizia Odorico Paraguassu, vamos "pendurar as chuteiras".

Meus parabéns Adhail! Continue lutando para que nenhuma pecha enegreça seus companheiros.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Apenas para fazer um registro, não que eu tenha procuração advocatícia para tanto, para defender quem quer que seja mas, gostaria de fazer o registro de que, hoje, a situação, ou seja, o PMDB, e os partidos que o apoiam, tem neste Parlamento, quarenta Deputados. Por conseguinte, pode, até se quiser, transformar a Constituição do Estado; podem aprovar tudo que quiserem, ou rejeitar tudo que pretendem rejeitar.

No entanto, em respeito aos professores do Paraná, nós não vamos pedir verificação que "quorum", nem de votação, nem de presença, porque, se assim procedéssemos, a Bancada do PMDB, na sua grande maioria, estaria ausente.

-Então, quero deixar registrado, que somente em respeito aos professores do Paraná, eu não requeiro chamada nominal, porque a responsabilidade da aprovação é da maioria, e a maioria são quarenta Deputados, trinta e seis do PMDB e quatro do PTB. São quarenta Deputados. O PTB está 90% presente, mas o PMDB não tem sequer 20% presente da sua Bancada.

Apenas para fazer o registro em respeito aos professores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Em votação.

Pela Ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente!

Apenas para corrigir uma distorção havida na questão de ordem do nobre Deputado Alencar Furtado. O PTB não está atrelado a nenhum partido, a nenhum Governo. É uma Bancada independente. Estamos aqui cumprindo com o nosso dever, não para agradar ao professor, mas, porque é justa a sua luta, a sua causa.

Queremos corrigir a colocação do nobre Deputado Alencar Furtado. Não somos o 36.º nem o 37.º, nem o 40.º Deputado do PMDB. O PTB é um Partido independente, é um Partido que não tem vínculo com ninguém senão com o povo.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Continua em votação.

Encerrada a oportunidade para encaminhamento de votação. Aprovado o Projeto de Lei n.257/86, por unanimidade.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Quero, Senhor Presidente, cumprimentar o nobre Deputado Erondy Silvério, por ter feito o nosso pronunciamento, para constar nos Anais desta Casa. E nós, da Bancada do PTB, temos um compromisso com o povo. Não temos o dever e nem a obrigação de votar com o Governador do Estado, mas, tudo que se tratar do interesse do povo nós votaremos favorável, com a Bancada do PMDB ou com qualquer outra bancada que aqui se fizer presente, tanto a Bancada de Vossa Excelência que preside hoje a sessão como da bancada dos outros, daqueles outros que antes defendiam tanto e hoje aqui não comparecem.

Não estamos atrelados, absolutamente, Senhor Deputado Osvaldo Alencar, estamos independentes, votando nas matérias de interesse do povo. Para que Vossa Excelência tome conhecimento, temos pedido a verificação de "quorum", chamada nominal, e votando até matéria de interesse do Governador, para que os Senhores Deputados do PMDB compareçam a essas sessões.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.66/86, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura com os Municípios, datas e objetivos adiante mencionados. (Public. no D.A. n.112, de 08/10/86). Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, se Vossa Excelência me

permite fugir do assunto, uma vez Malluf, sempre Malluf.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Para fazer prova ao Deputado Alencar Furtado, eu pediria chamada nominal e que constasse das Atas, quantos Senhores Deputados têm da sua Bancada presentes nesta Casa, hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda à chamada nominal.

(O SR. 1.º SECRETÁRIO PROCEDE A CHAMADA NOMINAL)

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Já que tem que declinar a presença do número de representantes da minha Bancada, eu gostaria também, que declinassem o percentual de presença da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O SR. 1.º SECRETÁRIO PROCEDE A CHAMADA NOMINAL)

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Eu não concordo com a presença do Deputado Artagão Mattos Leão, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Ou nós respeitamos o Regimento Interno, ou não respeitamos, se a chamada nominal tem de estar de acordo.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Respondendo à Questão de Ordem de Vossa Excelência, o Regimento Interno é omissivo em relação ao uso da gravata.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Bem, Vossa Excelência inovou, nestes quatro anos em relação à gravata. É uma tradição, no Parlamento que haja o seu uso, mas acredita esta Presidência, que é condigno o traje, mesmo sem ser com a gravata. Eu também sou contra a mesma por conseguinte, dê-me licença.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Esclareço, mais uma vez ao nobre Deputado, que o Regimento é omissivo a respeito do assunto. Agora, há uma tradição do Parlamento em relação ao uso da gravata, mas se formos discutir o seu uso, quando se trata de projetos de lei de interesse do povo...

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Não estou discutindo Projetos de lei, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Continua em discussão...

0 SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Eu não estou discutindo...

0 SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Em qual artigo do Regimento Interno Vossa Excelência está se baseando?

0 Sr. Alencar Furtado - Não há problema de gravata no Regimento Interno.

0 SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Quero esclarecer que esta Presidência foi tolerante com Vossa Excelência em muitas oportunidades. Vossa Excelência falou sentado e conforme determina o Regimento Interno deveria falar de pé. Vossa Excelência usou o tempo, sem mencionar o artigo do Regimento Interno em Questão de Ordem, que foi, na verdade, uma declaração de voto. Então, Vossa Excelência por gentileza, nos casos seguintes apresente qual é o artigo do Regimento Interno.

0 Sr. Alencar Furtado - Eu peço a palavra então, para discutir Senhor Presidente.

0 SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Não está havendo discussão de matéria alguma, Senhor Deputado. Está sendo feita a chamada nominal.

0 Sr. Fuad Nacli (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu pedi a chamada nominal dos Senhores Deputados presentes na Casa, e queria que houvesse respeito para essa Presidência.

0 SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Prossegue a chamada nominal.

0 Sr. Adhail Sprenger Passos - (Prossegue a chamada nominal, em seguida a segunda chamada).

0 SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Dezois Senhores Deputados responderam presença, não há número para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para segunda-feira, dia 10, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.66/86, 67/86, 68/86, 69/86, 70/86, 71/86, 72/86 e 73/86.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n.256/86, 257/86, 258/86, 259/86 e 260/86.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.

01/82, 288/85, 81/86 e 175/86.

Levanta-se a sessão.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 25. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1986 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ezequias Losso, secretariada pelos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Edmar Luiz Costa.

Às onze horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Rubens Bueno e Trajano Bastos (20). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Dirceu Manfrinato, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gernote Kirinns, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Orlando Pessut, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguo Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (38).

Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

0 SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

0 SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

0 SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 20 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

187/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DA IGREJA BATISTA EM RENOVÇÃO ESPIRITUAL" de Rio Negro, com sede e foro na Cidade de Rio Negro. (Publicado no D.A. n. 85, de 25 de agosto de 1986).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 187/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DA IGREJA BATISTA EM RENOVÇÃO ESPIRITUAL DE RIO NEGRO", com sede e foro na Cidade de Rio Negro.

Da análise do Projeto, pela justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA
Relator.

Em discussão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.
(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

14 Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 10, às 10:00 horas com a Ordem do Dia já anunciada e mais:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 187/86.

Levanta-se a sessão.